IMPACTOS DA VIOLÊNCIA URBANA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO RIO DE JANEIRO

IMPACTS OF URBAN VIOLENCE ON EARLY CHILDHOOD EDUCATION SCHOOLS IN RIO DE JANEIRO

Camila das Neves Araújo e Ketllyn Beatriz Godoy da Silva Pereira.
Graduando (a) do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São José.
Victor Ramos da Silva.
Titulação Acadêmica: Mestre em Estudos de Linguagem.

RESUMO

O artigo *"Impactos da Violência Urbana nas Escolas de Educação Infantil no Rio de Janeiro"* analisa como a violência urbana influencia o comportamento e a aprendizagem de crianças na primeira infância. Com o objetivo de identificar as principais consequências dessa violência no contexto escolar, o estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas com gestores e professores de duas escolas localizadas em áreas vulneráveis da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Os resultados indicam que episódios frequentes de violência, como tiroteios e toques de recolher, afetam diretamente o rendimento escolar, gerando transtornos psicológicos, aumento da evasão e mudanças comportamentais nas crianças. A pesquisa também explora o papel da equipe pedagógica no enfrentamento desse cenário, propondo estratégias para minimizar os impactos através de planos de acolhimento, intervenções pedagógicas e suporte às famílias. Conclui-se que, para mitigar os efeitos da violência, é essencial fortalecer o apoio psicológico, capacitar os profissionais da educação e implementar políticas públicas que assegurem um ambiente seguro e propício ao aprendizado.
Palavras-chave: violência urbana, educação infantil, comportamento escolar.

ABSTRACT

This study analyzes the impact of urban violence on the behavior and learning of young children in early childhood education in Rio de Janeiro. The research aims to identify the

main consequences of this violence within the school environment. A qualitative approach was adopted, combining bibliographic research, documentary analysis, and interviews with managers and teachers from two schools in vulnerable areas of Rio de Janeiro's West Zone. The findings reveal that frequent violent incidents, such as shootings and curfews, directly affect students' academic performance, leading to psychological disorders, increased absenteeism, and behavioral changes. The study also explores the role of the pedagogical team in addressing these challenges, suggesting strategies to mitigate the impacts through support plans, pedagogical interventions, and family assistance. It concludes that reducing the effects of violence requires strengthening psychological support, training education professionals, and implementing public policies to ensure a safe and conducive learning environment.

Keywords: urban violence, early childhood education, school behavior.

1. INTRODUÇÃO:

Educação Infantil é o início e a base do processo educacional, dever do Estado e direito de toda criança de 0 a 5 anos. Por muito tempo essa etapa era vista como dispensável, mas há uma intencionalidade educativa de extrema relevância nesse processo. É nesse período que a criança como indivíduo tem seu primeiro contato com um educador e com outras diversas crianças. Nesse cenário eles são acolhidos, cuidados e introduzidos em um ambiente de sociabilidade.

O apoio e formação familiar, estímulos de criatividade, acesso ao lazer, alimentação apropriada, assistência médica e principalmente o ambiente onde residem, são alguns fatores que podem interferir nessa etapa. Interromper o desenvolvimento destes alunos alguns desses fatores poderia gerar consequências preocupantes por um longo período. Na cidade do Rio de Janeiro, crianças que habitam próximas a comunidades enfrentam desafios recorrentes devido ao aumento da violência, que é um acontecimento hermético apresentado de diversas formas e que devasta inúmeros lugares.

Este trabalho tem como objetivo específico analisar as consequências nocivas que a violência urbana no Rio de Janeiro traz para a aprendizagem e comportamento desses alunos da educação infantil. De que forma isso implica na absorção de conteúdos na sala

de aula. Percebendo mudanças de comportamento desse aluno exposto a violência urbana, como auxiliar e elaborar planos pra que possíveis consequências não apareçam no ensino fundamental.

Examinando as ocorrências e dados já registrados nesta perspectiva escolar. Como esta realidade pode afetar o comportamento dos alunos em sala de aula e quais os procedimentos escolhidos pela equipe pedagógica para mudar estas realidades.

Pesquisaremos como são feitos os planejamentos das escolas afetadas por tal fato, quais atividades e projetos já trouxeram mudanças para o desempenho comportamental e pedagógico dessas crianças. Como acolher e trabalhar com essas famílias que são afetadas por isso. Depois de identificar as consequências, como desenvolver projetos e estratégias para a minimização desta problemática

Para tal, lançar-se-á mão de levantamento bibliográfico e documental sobre a violência, sobre perspectivas pedagógicas para a educação infantil e sobre planejamento pedagógico e, com vista à análise de dados contextualizados, far-se-á entrevista com docentes e gestores de unidades escolares em locais de periculosidade deflagrada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

A problemática central do estudo é: Considerando o aumento da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, em comunidades perto de escolas e a influência de tal na rotina dos alunos que frequentam esse ambiente, qual seria os impactos da violência no comportamento e aprendizagem dessas crianças da educação infantil e como a equipe escolar atua para amenizar essa realidade?

Com base nos dados estatísticos é fundamental que gestores e professores desenvolvam técnicas para lidar com esse cenário desafiador, bem como se torna relevante observar as consequências da violência no cotidiano do comportamento infantil.

Seria necessário que escolas afetadas por tal violência receba treinamentos, assistência psicológica e recursos para trabalhar de forma efetiva para adquirir melhorias significativas.

Este estudo visa a examinar os impactos da violência urbana em escolas de educação infantil a fim de compreender de que forma tal fator influencia no

comportamento dos alunos, quais as possíveis consequências e propor intervenções que promovam um ambiente mais adequado para o aprendizado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

O trabalho em questão tem como objetivo apurar as diferentes e diversas consequências da violência nas escolas de educação infantil no Rio de Janeiro, explorando e avaliando suas ocorrências, repercussões e busca estabelecer intervenções.

A violência é um acontecimento abrangente que está inserido na sociedade e ocorre em contextos culturais, políticos e sociais distintos. De acordo com Minayo e Souza (1998), ela é definida como: Qualquer ação intencional perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais.

A percepção dos impactos causados por este fenômeno é de suma importância, visto que implica não somente no indivíduo, mas, de igual modo, na sociedade e comunidade que está inserido também.

Levando em consideração os aspectos citados acima, vale ressaltar a manifestação do comportamento violento no âmbito social, o que resulta na interferência e influência de dentro das escolas. Segundo Raine (2015) é necessário: [...] primeiro voltar nossa atenção para a compreensão de como os fatores de risco sociais se juntam aos biológicos para criar a violência - como interagem de modo multiplicativo.

Refletir criticamente a relação biológica e social no surgimento da violência no ambiente escolar, no meio infantil, resulta na averiguação de como esses fatores geram um comportamento agressivo no meio das crianças, amplificando e perpetuando essa conduta. De modo que sejam identificadas quaisquer manifestações de violência, para que, assim, o aluno tenha um desenvolvimento saudável inserido em um lugar benéfico.

A vivência de uma situação qualquer, a vivência de um componente

> qualquer do meio determina qual influencia essa situação ou esse meio exercerá na criança. Dessa forma, não é esse ou aquele elemento tomado independentemente da criança, mas, sim, o elemento interpretado pela vivência da criança que pode determinar sua influência no decorrer de seu desenvolvimento futuro. (Vygotsky, 1935/2010)

A citação acima também aponta que o ambiente em que a criança vive e interage pode influenciar seus comportamentos e ações. Se em sua primeira infância o indivíduo está inserido em um ambiente violento, de desordem e caótico, a probabilidade de este absorver isto, e resultar em transtornos, síndromes e comportamentos associados à violência são altos.

Na infância espera-se que o indivíduo absorva conhecimentos amplos e comportamentos essenciais. Neste período, a ideia de ética e moral estão sendo desenvolvidas. Para ser desenvolvido em sua totalidade, Piaget (1896-1980) acreditava que esses valores morais eram construídos pela influência com diversos ambientes sociais e para isso se efetivar é necessário que esse sujeito passe por uma organização interna e adaptação.

Cada assimilação vai depender da estrutura cognitiva e conhecimento já previamente adquirido. O valor a esta etapa do processo de aprendizagem se deve também às contribuições de Philippe Ariès (1914-1984), que a partir de estudos de movimentos artísticos, diários e documentos históricos constatou que a infância não era vista com bons olhos até o século XVII. Ariès (2015) em seus estudos pode relatar que a infância não era diferenciada a não ser pela sua evidente estatura. O respeito em relação aos pequenos era totalmente ignorado, os adultos não reprimiam seus comportamentos diante de crianças.

> Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância neste mundo (...) tal é nosso ponto de partida. Como daí chegamos às criancinhas de Versalhes, às fotos de crianças de todas as idades dos nossos álbuns de família? (ARIÈS, 2015, p.17-8).

Com a chegada da revolução industrial, podemos notar uma mudança nesse cenário, as crianças passaram a ser valorizadas pelas famílias.

Para a mudança desse quadro é preciso investir em um acompanhamento precoce nas escolas, capacitando a gestão e professores para atender melhor os alunos e passar esses conhecimentos para as famílias afetadas. O ideal seria que as famílias encontrassem na escola um ambiente de acolhimento e referência para a melhora desse quadro.

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA:

Nas pesquisas realizadas, percebemos que os impactos da violência urbana nos alunos dessas escolas são diversos. Ambientes de aprendizagem em que tem suas atividades interrompidas por tiroteios, toque de recolher e operações policiais, por exemplo, tem negativamente afetada a concentração desses alunos.

Crianças em processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo e comportamental são prejudicadas ocasionando trauma, transtornos, comportamentos atípicos e faltas. Crescer e se desenvolver plenamente em ambientes como este, pode levá-las a normalizarem resoluções de conflitos de forma violenta.

A criança que vivencia constantemente esse tipo de realidade pode apresentar desinteresse nos conteúdos abordados na sala de aula, baixa concentração e faltas constantes. A interação com seus demais colegas de classe pode manifestar comportamentos atípicos violentos. Por trás de tais comportamentos, há traumas e experiências vividas. É de se esperar comportamentos como este de um ser que ainda está em desenvolvimento e não consegue expressar com clareza o que está sentindo.

Não são todas as crianças que irão apresentar comportamentos provenientes desta realidade. O trauma pode ser entendido de formas diferentes. De acordo com Piaget (1973), o indivíduo se desenvolve de acordo com o ambiente em que está inserido e nesta fase, também se desenvolve verbalmente, contudo, diante de cenários violentos, pode se retrair e não externalizar experiências negativas.

Para absorver integralmente os conteúdos propostos, esse aluno precisa de auxílio e acolhimento no ambiente escolar. Um olhar refinado e a observação do professor em sala pode prevenir e minimizar essas consequências na aprendizagem.

Quando o professor percebe a ausência destes alunos e comportamentos incomuns que podem ser repetidos em outros colegas de classes, é indispensável comunicar a equipe pedagógica da escola para criar procedimentos, intervenções e estratégias para driblar as possíveis consequências.

3.1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) considera-se criança até doze anos de idade incompletos. A criança é vista como um ser de direito. No Estatuto, é garantido além de educação, saúde e lazer a proteção integral deste indivíduo. Este documento reafirma que família, sociedade e Estado devem colaborar para garantir as condições para o pleno desenvolvimento deste ser, colocando-o a salvo de todo o tipo de violência.

Mesmo com a criação do ECA, o Brasil ainda se depara com desafios para que as crianças tenham seus direitos respeitados, protegidos e assegurados. O país precisa promover uma mudança cultural para que a sociedade proteja as crianças, e entenda que são indivíduos vulneráveis e em desenvolvimento.

A ideia de infância é uma construção social e histórica que se altera de acordo com as mudanças culturais, econômicas e políticas das sociedades. No livro “História da Infância e da Criança” Ariès (2015) apresenta uma perspectiva completa dessas mudanças ao longo dos séculos, ressaltando a variedade de experiências que as crianças experimentaram ao longo dos anos.

Por exemplo, na era medieval, a infância era frequentemente negligenciada como uma etapa única da existência. Crianças eram percebidas como adolescentes precocemente inseridos no mercado de trabalho e nas obrigações familiares. Philippe Ariès (1914-1984), defende que a falta de uma visão clara da infância está presente na arte, na literatura e nos costumes sociais daquele período.

Com a chegada do Renascimento e da Modernidade, surgem novos entendimentos sobre a infância, começando pela valorização da educação e do desenvolvimento humano. O movimento iluminista, com pensadores como Jean-Jacques Rousseau, reforçou a ideia de que a criança é um ser em desenvolvimento, com características próprias que precisa de proteção e educação diferenciada. Nesse período, começa a fortalecer a visão da criança como sujeito de direitos.

A Revolução Industrial trouxe novas contradições. Se, por um lado, a urbanização e a industrialização trouxeram mudanças significativas na estrutura familiar e na educação,

por outro, expuseram crianças à exploração no trabalho nas fábricas. Esse equívoco inspirou as primeiras legislações de proteção infantil, que surgiram no final do século XIX e início do XX.

No século XX, movimentos sociais e políticas públicas percebem a infância como uma fase protegida, especialmente após a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

As mudanças a respeito da infância, influenciou teóricos por todo o mundo. Um dos principais, que estudou o desenvolvimento cognitivo foi Jean Piaget(1973), que propôs uma teoria que organiza o processo de aprendizagem em quatro estágios distintos: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. Cada estágio representa uma etapa qualitativa na forma como a criança absorve conhecimento e compreende o mundo, sendo baseada em processos de assimilação, acomodação e equilíbrio.

O estágio sensório-motor (0 a 2 anos) é marcado pelo desenvolvimento da inteligência prática. Nesse período, a criança utiliza os sentidos e movimentos para interagir com o ambiente, construindo esquemas de ação. A noção de permanência do objeto, isto é, a capacidade de entender que os objetos existem mesmo quando não estão visíveis, emerge gradualmente, representando um marco essencial para a construção do pensamento simbólico.

No estágio pré-operatório (2 a 7 anos), ocorre o desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico. As crianças começam a usar representações mentais para compreender o mundo, mas ainda apresentam dificuldade em lidar com conceitos abstratos e visões diferentes da própria, demonstrando um pensamento egocêntrico. Esse estágio é caracterizado pelo animismo e pela incapacidade de realizar operações lógicas reversíveis, como as conservações de quantidade e volume.

O estágio operatório concreto (7 a 11 anos) traz uma transição para o pensamento lógico, ainda que limitado a situações concretas. As crianças tornam-se capazes de realizar operações mentais, como classificação, seriação e conservação, demonstrando maior flexibilidade cognitiva. Nesse estágio, o raciocínio é mais estruturado e voltado para a resolução de problemas práticos, com base em experiências reais.

Por fim, o estágio operatório formal (a partir de 12 anos) é caracterizado pela capacidade de pensar abstratamente e formular hipóteses. O raciocínio lógico se torna independente de elementos concretos, permitindo o desenvolvimento de pensamento hipotético-dedutivo. A reflexão sobre o próprio pensamento, emerge promovendo um entendimento mais complexo e abrangente do mundo.

A teoria de Piaget (1973) apresenta implicações significativas para a prática pedagógica, pois incentiva a elaboração de estratégias de ensino que respeitem o nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos. A partir dessa ideia, o ensino pode ser mudado para promover uma aprendizagem ativa, que estimule a curiosidade e a construção do conhecimento de forma significativa.

Atualmente, a era digital trouxe transformações na forma como as crianças aprendem, interagem e se relacionam com o mundo. António Nóvoa, discute as implicações desse contexto no desenvolvimento infantil, destacando o impacto das tecnologias digitais na formação das novas gerações. Segundo Nóvoa, as crianças de hoje não são apenas usuárias passivas da tecnologia, mas agentes ativos em um processo de aprendizagem marcado pela conectividade e pela interatividade constante.

Uma das principais mudanças observadas é a substituição do modelo tradicional de ensino, centrado na transmissão de conhecimento pelo professor, por uma abordagem mais participativa e colaborativa. As crianças, desde cedo, têm acesso a uma vasta gama de informações, desenvolvendo habilidades de busca, seleção e análise de dados de forma autônoma. Esse novo cenário desafia as instituições escolares a repensarem suas práticas pedagógicas, adaptando-se às necessidades e expectativas de uma geração digitalmente ativa.

Nóvoa também ressalta a importância de desenvolver uma educação crítica diante das tecnologias, incentivando a alfabetização digital e o pensamento reflexivo. As novas crianças precisam ser preparadas para lidar com o excesso de informações, reconhecendo fontes confiáveis no uso da tecnologia. Além disso, o papel do professor é ressignificado, passando de um transmissor de conteúdos para um mediador que auxilia os alunos na construção do conhecimento na internet.

Outro aspecto relevante abordado por Nóvoa é o impacto das tecnologias nas relações sociais. A comunicação mediada por telas muda a interação e pode gerar novos desafios no desenvolvimento emocional e social das crianças. A escola, portanto, tem um papel central na promoção de práticas que equilibrem o uso da tecnologia com experiências humanas diretas, mantendo a importância das relações presenciais no desenvolvimento infantil.

3.2. INFÂNCIA E VIOLÊNCIA

A cultura é um conceito complexo que abrange as práticas, crenças, valores, tradições e manifestações de um determinado grupo ou sociedade. Ela é um fenômeno dinâmico, em constante transformação, refletindo as interações sociais, históricas e políticas. No entanto, quando se fala sobre cultura popular, é necessário entender suas especificidades em relação a outras formas de cultura, como a cultura erudita ou a cultura de elite. A cultura popular, em termos gerais, é composta por expressões culturais que surgem e são praticadas pelas classes populares, sendo transmitidas de geração em geração, muitas vezes de maneira informal (Bhabha, 1994).

A cultura popular não se limita a um conjunto de manifestações artísticas ou de entretenimento, mas envolve de maneira ampla práticas cotidianas que unem e refletem as relações sociais e as condições econômicas de um povo. Segundo o antropólogo Clifford Geertz (1973), a cultura é um "sistema de significados" compartilhados, e nesse contexto, a cultura popular pode ser vista como um campo onde significados são constantemente negociados, ressignificados e revalorizados pelas populações que a constroem. Assim, ela surge das práticas cotidianas, como a música, a dança, o folclore, as festas, as danças e as culinárias, bem como de formas de resistência e de adaptação ao contexto social e político.

A noção de cultura popular, como um conjunto de manifestações tradicionais, está ligada ao conceito de "folclore", um termo que foi abordado no século XIX por estudiosos europeus para descrever as práticas culturais que são transmitidas de maneira oral e que mostram a identidade de um grupo social. No entanto, a cultura popular ultrapassa o conceito de folclore, pois ela não se restringe às manifestações que se vinculam ao passado, mas também se transforma e se atualiza à medida que interage com as influências modernas e globais. Nessa perspectiva, a cultura popular é um campo de intercâmbio constante, onde as práticas tradicionais se misturam com elementos atuais, criando novas formas de expressão cultural.

Uma característica fundamental da cultura popular é sua capacidade de operar como uma forma de resistência e de afirmação identitária. De acordo com a teoria de Antonio Gramsci (2002), as classes subalternas utilizam as manifestações culturais populares como uma forma de resistir à hegemonia cultural imposta pelas classes dominantes. Nesse sentido, a cultura popular não é apenas um reflexo passivo das condições sociais, mas também um espaço de contestação e de afirmação das identidades de grupos marginalizados ou oprimidos. As festas populares, os ritmos musicais, os discursos populares e até mesmo as redes sociais contemporâneas são canais pelos quais as classes populares podem expressar suas experiências e desafios, reafirmando identidade diante das estruturas dominantes.

Ademais, a cultura popular deve ser compreendida em sua dimensão interativa com os meios de comunicação de massa e com o mercado. No contexto contemporâneo, a globalização e a industrialização da cultura não aniquilaram a cultura popular, mas transformaram suas formas de expressão e circulação. O cinema, a música popular, as telenovelas e os memes digitais são exemplos de como a cultura popular é continuamente negociada entre tradições locais e influências globais. A popularização de certos estilos musicais, como o samba ou o funk no Brasil, ou o rap nos Estados Unidos,

demonstra como as práticas culturais podem ganhar uma escala global sem perder suas raízes populares (Hall, 1997).

Portanto, o conceito de cultura popular vai além da ideia de uma cultura "primitiva" ou "folclórica". Ela é um espaço de negociação cultural, de resistência e de reconfiguração contínua, onde as tensões entre tradição e modernidade, local e global, visibilidade e marginalização são constantemente vividas e expressas. Como aponta Stuart Hall (1997), a cultura popular é, em última análise, uma construção complexa que reflete as dinâmicas de poder e resistência presentes em qualquer sociedade.

As mazelas sociais, que englobam a pobreza extrema, a desigualdade, a falta de acesso à educação e à saúde, e a exclusão social, são problemas profundamente arraigados em muitas sociedades contemporâneas. Esses fenômenos não são apenas resultado de falhas no sistema econômico ou político, mas também são alimentados pela presença de “poderes paralelos”, isto é, estruturas de poder informais ou ilícitas que operam à margem ou contra as instituições oficiais do Estado. Tais poderes paralelos, que frequentemente se materializam em grupos criminosos ou facções, exercem uma influência significativa sobre as comunidades marginalizadas, perpetuando ciclos de violência, desconfiança e pobreza (Becker, 1996).

Em muitos contextos urbanos, especialmente em periferias e favelas, as estruturas formais de poder e o Estado frequentemente falham em garantir a segurança, a justiça e o bem-estar dos cidadãos. Esse vazio de autoridade institucional é, em parte, preenchido por grupos paralelos que oferecem uma forma de governança, muitas vezes baseada no controle do tráfico de drogas, extorsão ou outros crimes (Wacquant, 2001). Esses grupos não apenas exercem domínio sobre o território, mas também, paradoxalmente, fornecem uma espécie de “serviço” à população local, como proteção e assistência social, o que lhes confere uma legitimidade alternativa (Zaluar, 1994).

O controle exercido por esses poderes paralelos tem sérias implicações para o desenvolvimento das comunidades. A presença de facções e organizações criminosas pode gerar um ambiente de medo, desconfiança e desestabilização social, que dificulta o desenvolvimento econômico e social da região. Quando as pessoas têm medo de se envolver em atividades coletivas ou denunciar crimes, o tecido social da comunidade se fragmenta, e a capacidade de ação coletiva, necessária para o desenvolvimento local, é prejudicada. Além disso, a presença de poderes paralelos dificulta o trabalho de instituições públicas e organizações não governamentais que buscam promover o desenvolvimento comunitário, uma vez que a coerção e a violência impedem a implementação de políticas públicas (Vargas, 2005).

O controle de poderes paralelos e a busca pelo desenvolvimento das comunidades necessitam de uma abordagem integrada e multifacetada. Primeiramente, é fundamental que o Estado assuma seu papel como garantidor dos direitos básicos dos cidadãos, oferecendo acesso à educação, saúde e segurança, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Isso requer, entre outras coisas, a reforma das forças de segurança e uma maior presença do Estado em áreas carentes, sem recorrer a políticas de repressão

violenta que muitas vezes resultam em mais exclusão e discriminação (Foucault, 1977). A implementação de políticas públicas de segurança baseadas em direitos humanos, que envolvam a participação ativa da comunidade, pode ser um caminho para enfraquecer a influência de grupos criminosos e fortalecer a capacidade de autogoverno das comunidades.

Além disso, é imprescindível o fomento à organização comunitária e à capacitação de lideranças locais para que as próprias populações possam protagonizar processos de mudança e resistência à dominação de poderes paralelos. Segundo a teoria do capital social de Robert Putnam (2000), a criação de laços de confiança, colaboração e solidariedade entre os membros da comunidade pode ser um fator crucial para a promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é necessário investir em programas de educação e de inclusão social que incentivem a formação de redes de apoio e cooperação entre os cidadãos.

Por fim, o controle de poderes paralelos também depende de uma estratégia mais ampla de transformação das condições econômicas e sociais que perpetuam as desigualdades. Isso implica em políticas públicas que promovam a inclusão social, a geração de emprego e a redução das desigualdades regionais. A erradicação das mazelas sociais não pode ser vista como uma ação isolada ou superficial, mas como parte de um esforço contínuo de reestruturação social e econômica que enfrente as causas profundas da marginalização.

A criminalidade no Brasil, particularmente em áreas urbanas periféricas, apresenta um cenário de graves desafios sociais, políticos e psicológicos. A violência sistêmica, associada à desigualdade social, ao tráfico de drogas e ao enfraquecimento das instituições públicas, tem produzido consequências profundas para as comunidades, com um impacto especialmente devastador sobre as crianças e os adolescentes. Esses jovens, muitas vezes expostos desde tenra idade à violência física, psicológica e simbólica, enfrentam dificuldades significativas no processo de socialização e formação de sua identidade. Nesse contexto, o conceito de "Pedagogia de Emergência", desenvolvido por Reinaldo Nascimento, surge como uma importante proposta para lidar com as consequências da violência no psiquismo infantil e fornecer ferramentas de reconstrução psíquica e educacional.

A violência urbana no Brasil afeta particularmente as crianças, que crescem em ambientes de constante ameaça e insegurança. Segundo a pesquisa de Machel (1996), os efeitos da violência no desenvolvimento infantil são profundos, afetando a capacidade de aprender, de confiar e de se relacionar com os outros. Crianças que vivenciam conflitos armados, homicídios e agressões frequentes podem apresentar uma série de sintomas relacionados ao transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), como medo excessivo, dificuldades de concentração, comportamentos agressivos e um forte distanciamento emocional (Almeida, 2002). Essas experiências prejudicam o desenvolvimento do psiquismo, interferindo na construção da identidade e na capacidade de socialização. Além disso, a exposição precoce à criminalidade e à violência contribui para a perpetuação de ciclos de violência, uma vez que as crianças podem internalizar

essas vivências como uma forma de normalidade, reproduzindo comportamentos violentos no futuro.

O projeto de Pedagogia de Emergência de Reinaldo Nascimento propõe uma intervenção pedagógica que reconhece a violência como um fator disruptivo no processo educacional e psíquico das crianças. Nascimento (2011) entende a educação como uma ferramenta fundamental para restaurar a saúde psíquica das crianças afetadas pela violência, mas, para isso, é necessário um trabalho emergencial, que vá além do currículo tradicional. A Pedagogia de Emergência visa criar espaços de acolhimento e escuta, onde as crianças possam expressar suas emoções e experiências, reconstruindo gradualmente sua visão de mundo de forma mais saudável. Nascimento enfatiza que esse trabalho precisa ser desenvolvido em uma perspectiva coletiva, onde a comunidade escolar e a sociedade em geral se envolvem no processo de cura e reconstrução dos vínculos sociais e afetivos.

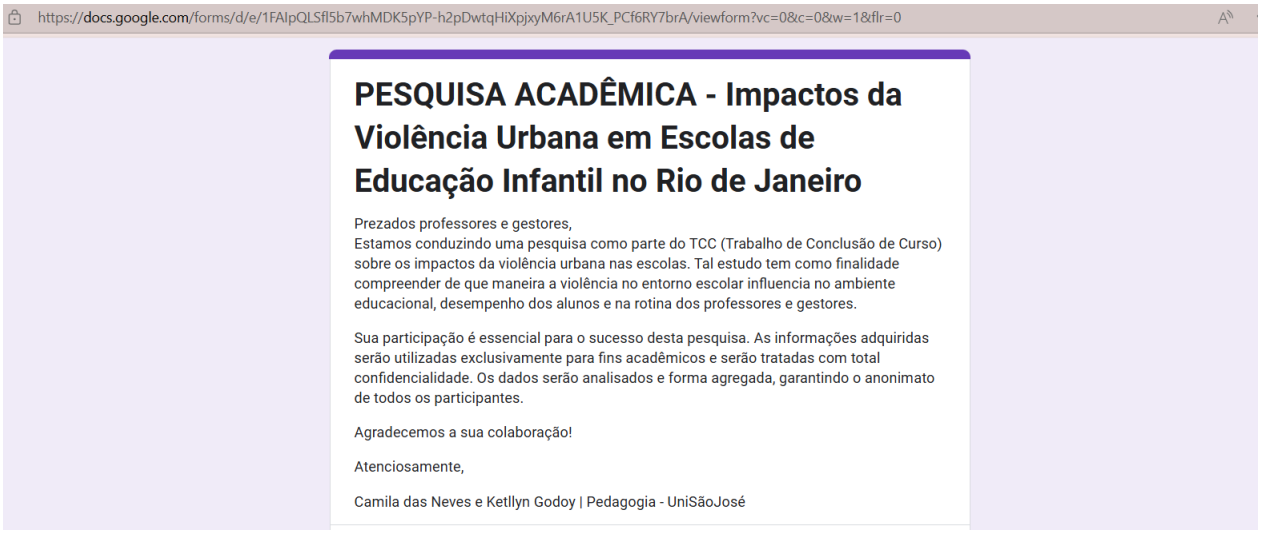
O impacto da violência no psiquismo infantil também está diretamente relacionado à formação de uma mentalidade de "sobrevivência" nas crianças, especialmente nas áreas mais violentas das grandes cidades. Para muitas delas, a violência se torna um fator estruturante do cotidiano, onde o medo e a insegurança dominam a experiência de vida. Nesse cenário, a intervenção pedagógica deve buscar maneiras de resgatar a capacidade de afeto, empatia e cooperação, promovendo um ambiente de aprendizagem que ressignifique o papel da escola na vida dessas crianças, não apenas como um espaço de aquisição de conhecimento acadêmico, mas como um refúgio e uma plataforma para a reconstrução emocional (Nascimento, 2011).

Os efeitos da violência também são visíveis no aumento da criminalidade juvenil, onde muitos adolescentes, imersos em contextos de violência desde a infância, acabam sendo atraídos para grupos criminosos como uma forma de pertencimento e proteção. A falta de oportunidades, aliada à ausência de modelos de comportamento saudável, cria um ciclo vicioso onde a violência e a criminalidade são vistas como alternativas viáveis de resolução de conflitos e obtenção de poder. Nesse sentido, a Pedagogia de Emergência oferece uma resposta educativa que busca intervir nesse ciclo, oferecendo alternativas de futuro por meio da educação e da valorização da cultura local, além de fortalecer a autoestima e as capacidades cognitivas e sociais das crianças.

A implementação de projetos como a Pedagogia de Emergência de Nascimento é essencial para a transformação desse quadro. O envolvimento da comunidade escolar e a criação de estratégias que promovam a proteção, a escuta e o cuidado com as crianças expostas à violência são passos fundamentais para mitigar os efeitos da violência no desenvolvimento psíquico infantil. Além disso, é importante que a sociedade como um todo, em conjunto com políticas públicas de segurança e educação, compreenda a necessidade de um cuidado especializado para essas crianças, que vão além das intervenções convencionais, considerando as especificidades e urgências do trauma.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS:

A metodologia desta pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa, estudo de caso com profissionais da educação por meio de um questionário, realizado em duas escolas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, em áreas que vivenciam frequentemente a violência urbana. A primeira Escola Municipal Oscar Thompson de educação infantil e a segunda Escola Municipal Domingos Paschoal Cegalla de ensino fundamental dos anos iniciais.



A partir das informações coletadas de escolas de segmentos e áreas diferentes, as respostas foram investigadas e comparadas com auxílio dos estudos previamente realizados com base nas pesquisas teóricas. Foram realizadas as seguintes perguntas:

1. Com que frequência os alunos são afetados pela violência urbana?

( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Ocasionalmente
( ) Frequentemente

2. Quais são os principais impactos na rotina escolar da criança? (Marque todas que se aplicam)

( ) Dificuldade na aprendizagem
( ) Faltas frequentes
( ) Mudança de comportamento/comportamento agressivo
( ) Medo e ansiedade.

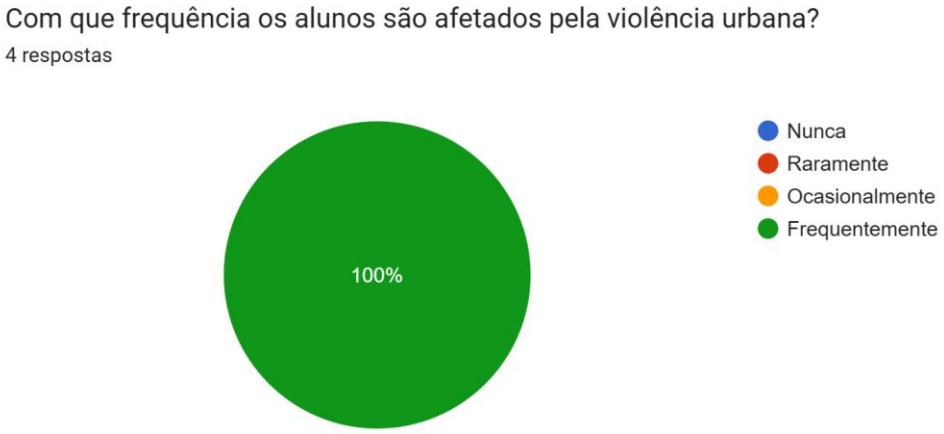
3. Quais os desafios enfrentados pela escola devido à violência urbana?

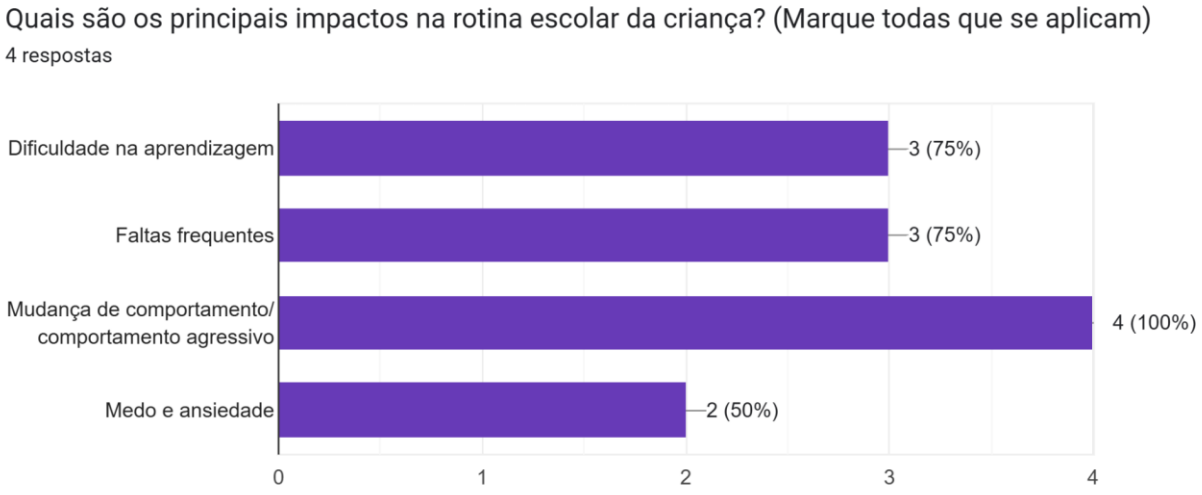
( ) Lidar com medo e ansiedade dos alunos
( ) Minimizar a evasão escolar
( ) Garantir a segurança no trajeto casa/escola
( ) Manter um ambiente tranquilo

4. Quais os principais obstáculos enfrentados pelos professores ao trabalhar em um ambiente onde a violência urbana é uma realidade?

5. Como a escola se comunica e trabalha com os responsáveis para lidar com os impactos desta violência na educação das crianças?

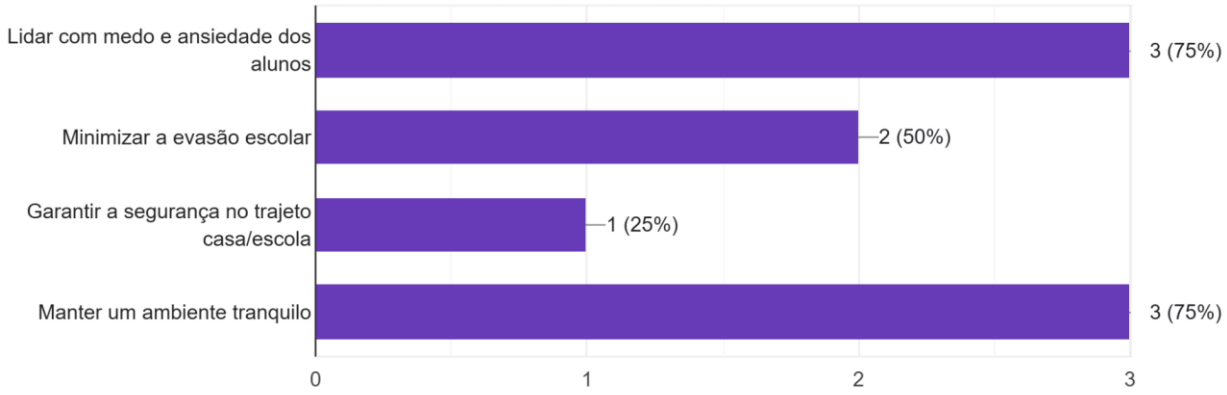
As imagens abaixo fornecem um panorama claro de como a pesquisa foi conduzida e destaca os principais resultados.





Quais os desafios enfrentados pela escola devido à violência urbana?

4 respostas



Quais os principais obstáculos enfrentados pelos professores ao trabalhar em um ambiente onde a violência urbana é uma realidade?

4 respostas

- A frequência dos alunos e ansiedade dos alunos. Muitos profissionais apresentam sinais de ansiedade
- Chegar ao trabalho com guerra entre bandidos e polícia.
- Banalização da violência
- Lidar com os hábitos agressivos e dificuldade na aprendizagem.

Como a escola se comunica e trabalha com os responsáveis para lidar com os impactos desta violência na educação das crianças?

4 respostas

- Acolhe os responsáveis. Escuta ativa
- De forma acolhedora
- Procurando entender a realidade da família e buscando mostrar que a escola é um apoio para as situações que eles enfrentam
- Através de reuniões.

Após a análise de dados, é evidente que o comportamento agressivo está ligado ao contexto de insegurança do ambiente em que a criança está inserida, dificultando ainda

mais o desenvolvimento estudantil, afetando negativamente o meio escolar. Além disso, é alarmante o índice de faltas frequentes que, somadas a fatores externos (localidade violenta e ocorrência de confrontos), cooperam para instabilidade emocional dos alunos e prejuízo da continuidade aos estudos.

Tais resultados apontam que os impactos ultrapassam o âmbito pedagógico, envolvendo também a segurança do corpo discente e docente, criando impedimentos para o processo de ensino-aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente trabalho teve como objetivo principal investigar os efeitos que a violência urbana causa nas escolas de educação infantil no Rio de Janeiro, levando em consideração os variados exemplos, prejudicando a saúde mental dos alunos e gestores, interferindo no rendimento acadêmico e desenvolvimento social dos discentes. No cotidiano do estado, é perceptível a presença dessa opressão por meio de ações policiais, crimes urbanos e confronto entre facções, tornando frágil a segurança dos envolvidos, reprimindo a evolução social e psicológica dos estudantes e afetando os planejamentos pedagógicos.

Após a análise de dados, os resultados confirmaram um impacto relevante gerado por tal violência. As constantes manifestações de confrontos e crimes que ocorrem nas adjacências da escola, torna o espaço de aprendizagem o ambiente de vulnerável e inseguro, o que tem acarretado no alto índice de evasão escolar.

A pesquisa constatou que medidas como programa de policiamento e projetos de intervenção pedagógicos com foco na segurança no recinto escolar não são suficientes devido à falta de recursos e dificuldade do contexto urbano. Portanto, é de extrema necessidade que as políticas educacionais do Rio de Janeiro sejam exercidas energicamente a fim de promover estratégias que abordem as consequências emocionais da violência na vida dos discentes e fortaleçam o aspecto de segurança física.

Conclui-se, então, que é indispensável a criação de um ambiente escolar acolhedor, colocando em primeiro plano o apoio àqueles que se encontram em situação de risco. Ademais, a superação desses obstáculos demandam uma operação em conjunto - família, sociedade, governo e escola - em prol de assegurar o direito de educação.

6. REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Philippe. A história social da criança e da família. Segunda Edição. Local: Rio de Janeiro, RJ .Guanabara, 1981.

PIAGET, Jean. A epistemologia genética. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VYGOTSKY, L.S.A formação social da mente. 2003.São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RAINE, Nome. Título do artigo. Título do Periódico, Local de publicação, volume, número, páginas inicial-final, mês abreviado. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Nome. Título. Local: Editora, 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO; DIRETORIA DE ANÁLISES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - DAPP-FGV. Dados estatísticos. Local: Editora, ano.

SOUZA LIMA, Nome. Título. Local: Editora, 2006.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

NÓVOA, António. Professores: Imagens do futuro presente. In: Formação de professores e o desafio das mudanças contemporâneas. Reflexões sobre o papel docente no século XXI. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

BHABHA, Homi K. The Location of Culture. Routledge, 1994.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, Stuart. Cultura Popular e Cultura de Massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BECKER, Howard. Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

PUTNAM, Robert. Bowling Alone: A Colapso e a Renascença do Capital Social nos Estados Unidos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, João. Poderes Paralelos: O Controle Informal em Favelas Urbanas. São Paulo: Editora 34, 2005.

WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

ZALUAR, Alba. A Máquina do Crime: Tráfico e Violência nas Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALMEIDA, Nísia Trindade. A Violência e o Desenvolvimento Psíquico da Criança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MACHEL, Graça. The Impact of Armed Conflict on Children. Report of the Expert of the Secretary-General of the United Nations, 1996.

NASCIMENTO, Reinaldo. Pedagogia de Emergência: A Educação como Resposta ao Trauma Infantil. São Paulo: Cortez, 2011.

WACQUANT, Loïc. Prisons of Poverty. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009